



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2013

### Ata n.º 6

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 11:00 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e cinco de Dezembro, e aditamento de vinte e seis de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Discussão e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para 2014; -----

**PONTO DOIS:** Discussão e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano para 2014/2017; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para prestação de serviços de conservação e assistência técnica aos ascensores existentes nos edifícios do município de Albufeira. -----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente, PS), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente, PSD), José Geraledes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Ricardo Jorge Almeida das Neves (membro suplente, CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando José dos Santos Anastácio, José Carlos Martins Rolo, Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----



**FALTAS:** Francisco José Pereira Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD) e Luis Matias Afonso (CDS). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros Francisco Oliveira, Rui Bernardo e Luis Afonso, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho, Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho, e Ricardo Jorge Almeida das Neves. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira Secretária, que procedeu à leitura resumida da correspondência que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do público. -----

Ana Rosa: "Bom dia. Vivo no Pátio e não sei se a Câmara tem conhecimento que existe um Parque Lúdico no Pátio porque não é feita intervenção de limpeza e corte de árvores há já algum tempo. Há cerca de dois anos vim à Câmara dizer que aquilo precisava de uma grande limpeza e não foi feita qualquer intervenção. Eu passo regularmente ali a pé. As árvores estão a crescer e estão a levantar o chão. Penso que durante estes anos deveria ter sido feita alguma intervenção porque agora irá acarretar mais gastos. Gostaria que tivessem isto em conta já que gastaram dinheiro no Parque Lúdico agora deveriam fazer a manutenção. Obrigada." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período da Ordem do Dia. -----

José Simões: "Antes de começar gostaria de apresentar o meu protesto em relação à hora marcada para esta Assembleia Municipal, na medida em que não vejo qualquer desvantagem em relação aos horários anteriores. No meu caso, por exemplo, como todos sabem, o concelho tem imensa carência de consultas e de médicos e ficaram hoje vinte e cinco doentes para ver. Proximamente não vejo qualquer benefício neste horário. Não me parece justo, não me parece que no futuro seja viável e não encontro qualquer vantagem."-----

Presidente da Assembleia: "De qualquer forma, não tendo sido uma pergunta, tendo sido uma manifestação, eu explico-lhe. Como a decisão é minha como Presidente, de fazer a marcação, sou eu que tenho de encontrar a justificação e a justificação é muito simples: tratando-se da aprovação do orçamento e uma vez que amanhã os



serviços estão encerrados e têm de ser feitas as comunicações, no devido tempo, para as entidades competentes, para não estarmos a pagar horas extraordinárias, todo o expediente terá de ser feito durante o horário normal. É tão simples como isto. Todos os membros da Assembleia, ainda que não sejam médicos, têm as suas vidas profissionais e estão aqui em sacrifício pessoal. Eu também tive de o fazer. Não fiz a marcação para as onze horas por especial prazer mas fi-lo porque era o horário que mais se adequava àquilo que tinha de ser feito depois da Assembleia." -----

José Simões: "E se a Assembleia tivesse sido marcada para o dia dois ou três de Janeiro que beneficio é que traria para as pessoas?" -----

Presidente da Assembleia: "Tem a ver com os serviços, não tem que ver com mais nada. Basta ver o Regimento e ver que sempre que é pedida uma Assembleia extraordinária por parte do senhor Presidente da Câmara eu tenho cinco dias para a marcar e a mesma tem de ser feita no espaço de três dias após esse prazo. Não tem a ver com decisões de grande intelectualidade da minha parte, tem a ver com aquilo que tem de ser feito, tendo em conta a urgência."-----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM E PONTO DOIS

Discussão e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para 2014; --

Discussão e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano para 2014/2017; -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão dos dois pontos em conjunto, apresentou-os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "Em relação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, elas vão dificultar ainda mais a vida da população de Albufeira. O Orçamento do Estado para dois mil e catorze vai na continuação daquilo que tem acontecido durante o ano de dois mil e treze, vai dificultar ainda mais a vida das pessoas, através de corte de salários, das pensões e reformas, ataque ao serviço público, à saúde, à educação. Em relação à educação há muitos jovens que têm de deixar de estudar porque não têm dinheiro para o fazer, principalmente no acesso ao ensino superior, o que é muito mau para o país. Está previsto o encerramento de Centros de Saúde, alguns até já encerraram, está cada vez mais difícil para as populações, e este orçamento vai dificultar ainda mais as populações. Por causa do PAEL a Câmara é obrigada a aplicar as taxas máximas, logo aí dificulta ainda mais as populações, a vida já é muito difícil, os salários são cada vez



mais baixos, não é só na função pública. Nós temos exemplos, no sector privado, na hotelaria, em que se dão ao luxo de despedir trabalhadores para depois irem buscar outros trabalhadores. Quando despedem não é porque extinguiram o posto de trabalho, é para reduzir o salário dos trabalhadores. Nós temos exemplos de trabalhadores que foram para a rua, depois as empresas recorreram a empresas de trabalho temporário e foram buscar, em alguns casos, os mesmos trabalhadores que já lá estavam por mais de metade do salário que pagavam antes. E isto, tendo em conta já as dificuldades que as pessoas atravessam, o orçamento que é apresentado pela Câmara Municipal vai dificultar ainda mais a vida das pessoas. Se não tivessem recorrido ao PAEL, qual seria a solução qua a Câmara teria arranjado para minimizar, neste caso, a vida das populações? Nem todas as câmaras do país recorreram ao PAEL e também têm dificuldades. As câmaras que a CDU que estava a gerir, entre dois mil e nove e dois mil e treze, nenhuma delas recorreu ao PAEL. A Câmara refere a situação do IMT, deixou de haver essas receitas, mas isso já era previsível porque estava previsto que mais cedo ou mais tarde a construção civil não podia continuar. Acho que houve gastos supérfluos que podiam ser evitados, o que podia ter minimizado até a dívida da câmara. A CDU vai votar contra o Orçamento e as Grandes Opções de Plano."-----

José Pimenta: "Queria só reforçar o que o meu camarada disse, que o PAEL não era obrigatório, não havia qualquer obrigação para aderir a este programa de apoio à economia local. Havia dois programas, havia o programa um e o programa dois. A câmara foi para o programa um, que é aquele que faz com que todos os impostos e taxas estejam nos limites máximos. E nós sabemos as dificuldades que os municípios têm em relação a isso. Há uma desculpa que eu compreendo, em relação ao IMT. O IMT baixou. É lógico que a gestão da Câmara de dois mil e um até dois mil e dez poderia ter-se adaptado a essa situação. Quanto menos IMT entrava mais gastos havia. É uma coisa que não se compreende. Podemos indicar várias coisas, por exemplo, há um edifício que está no interior das oficinas, que eu penso que não havia necessidade, houve requalificações de rotundas que não se compreende, há as festas no mês de Agosto que não trazem mais movimento para Albufeira, principalmente nos meses de verão. No inverno é que era necessário haver mais eventos para que as pessoas venham para Albufeira. Uma grande parte dos membros desta Assembleia já desde dois mil e um que estavam cá, já sabiam destas situações que existiam, sabiam das dificuldades.



Foi falado muitas vezes em campanha eleitoral, e mesmo após a campanha eleitoral, e a cassete somos nós: o IMT tem desculpa para tudo. Entre dois mil e um e dois mil e três houve diferença de dezoito milhões. O problema aí não é com o IMT, nem pouco mais ou menos. Era muito bom que não se tivesse recorrido, e há muitas outras situações, aqui ninguém fala sobre a água. Há vinte e tal milhões para recebermos de devedores e o que acontece é: um pequeno consumidor, se por acaso não paga a água, uns dias depois é retirado o contador, e os grandes consumidores? É uma coisa que não se compreende."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

**VOTAÇÃO PONTO UM:** -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: seis (06) Ruben Barulho, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes e Ana Pereira. -----

Votos a Favor: dezassete (17) Paulo Freitas, Lurdes Meirinho, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Ricardo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

José Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Soraia Morais apresenta e lê declaração de voto (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

José Simões apresenta e lê declaração de voto (Doc. 3, anexo a esta ata) -----

Leonardo Paço apresenta e lê declaração de voto (Doc. 4, anexo a esta acta) -----

Adriano Ferrão apresenta e lê declaração de voto (Doc. 5, anexo a esta acta) -----

**VOTAÇÃO PONTO DOIS:** -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: seis (06) Ruben Barulho, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes e Ana Pereira. -----

Votos a Favor: dezassete (17) Paulo Freitas, Lurdes Meirinho, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Ricardo Neves,



Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### **PONTO TRÊS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para prestação de serviços de conservação e assistência técnica aos ascensores existentes nos edifícios do município de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia: "Como devem ter reparado, este ponto é uma duplicação do que veio na última Assembleia, com umas alterações que têm a ver com o reajustamento das condições deste ajuste directo, para incluir também, além da assistência técnica, peças." -----

Presidente da Câmara: " Reduzem o prazo e incluem todos os consumíveis necessários para a manutenção dos elevadores." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Ruben Barulho, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Ricardo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.--

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de desejar, agora sim, um Bom Ano para todos e umas boas entradas." -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 12:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de





lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de Dezembro de 2013 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



Doc. 1

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



*[Handwritten signature]*

30-12-2013

### Declaração de Voto

As propostas para as grandes opções do plano e do orçamento, são alicerçadas no pedido de financiamento contraído através do PAEL e de um empréstimo à banca.

Fundamenta este município que o endividamento se deveu à quebra de receita do IMT. A receita baixou não temos dúvidas.

Porque não restringiram os gastos de acordo com as receitas, tentando equilibrar as contas e continuaram a fazer gastos supérfluos?

Caso não houvesse a possibilidade de recorrer ao PAEL quais eram as opções da Autarquia?

Este fundo é posto à disposição das autarquias para que as mesmas em caso de necessidade o venham a requerer. É facultativo, acarreta custos e imposições. Imposições essas que os munícipes as sentem nos bolsos, como se não bastassem os cortes nos salários e pensões, o aumento do custo de vida, ainda o município nos aplica as taxas e impostos mais altos.

Por estes motivos a CDU Vota contra AS Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Os eleitos da CDU

Cândido Reigado

*[Handwritten signature of Cândido Reigado]*

José Pimenta

*[Handwritten signature of José Pimenta]*





Doc. 2

Declaração de Voto - Grupo VIVA

*P*  
30-12-2013

O Grupo VIVA, representado na Assembleia Municipal de Albufeira, pelos membros presentes, declara que votou favoravelmente a proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano 2014/2017 e do Orçamento do Município, para o Ano 2014, porquanto considera que, embora não seja o orçamento ideal, na perspectiva do Grupo VIVA, tendo em conta que o mesmo foi analisado, construído e merecedor dos contributos de todas as forças políticas presentes, em sede de reuniões do executivo Camarário, e sobretudo tendo ainda em conta que foram dadas prioridades às questões sociais que são consideradas fundamentais, na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, particularmente dos mais vulneráveis.

Uma vez que existe um documento proveniente da Direcção Geral das Autarquias Locais, com data de entrada no Município de Albufeira de 23.12.13, relativo a uma apreciação técnica dos documentos previsionais do ano de 2014 (PAEL), emitindo no seu ponto III um parecer, entendemos que a Câmara Municipal deverá ter em conta as recomendações aí vertidas, de controlo apertado em sede de execução orçamental para o ano 2014.

Os membros do Grupo V.I.V.A.

Soraia Morais

*Soraia Morais*

Mário Samuel Gaspar

*Mário Gaspar*

Ivânia Mascarenhas

*Ivânia Mascarenhas*



Doc. 3

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

**Declaração de voto da Bancada do Partido Socialista relativamente aos pontos da ordem do Dia** referentes à Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2014/2017 e, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Orçamento do município para o ano de 2014, incluindo o Mapa de Pessoal.

A bancada do PS, à exceção dos membros Leonardo Paço, Fernando Gregório e Miguel Coelho, no respeito pela sua liberdade de voto, abaixo enumera os fundamentos para o seu voto de abstenção quanto às propostas de Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014/2017:

*Handwritten signature and date: 30-12-2013*

- 1) Em primeiro lugar cumpre-nos dizer que com a sua abstenção o Partido Socialista viabiliza o Orçamento para o próximo ano e assim contribui para a governabilidade da Autarquia;
- 2) Agora é também uma evidência que este não é orçamento que no entendimento do Partido Socialista este Município necessita.
- 3) A situação financeira a que o município chegou deve-se ao desvario despesista do anterior executivo que gastou o muito que tinha e o que não tinha até cair nos braços da *troika* nacional.
- 4) Esperar-se-ia que o novo executivo enfrentasse com coragem a realidade orçamental da Autarquia e apresentasse uma estratégia de redução da despesa, sem a qual não haverá recursos para o investimento. Diga-se, que no âmbito do PAEL está a Autarquia obrigada a uma redução da sua despesa estrutural, conforme o nº 1 do artº 6 da Lei 43/2012;
- 5) Ora acontece que não foi essa a opção.
- 6) O nível de investimento previsto no Orçamento (pouco mais de 350.000 €, numa despesa total de quase 70 milhões) é irrisório, certo que tal resulta de imposição legal mas que tem na sua origem a situação de descalabro financeiro das contas municipais e não permitirá fazer face às necessidades do Concelho, particularmente na rede rodoviária, no saneamento, na higiene e limpeza dos espaços públicos, em síntese na manutenção das infra-estruturas que irão por isso sofrer um processo gradual de degradação pondo assim em causa a qualidade do espaço público e dos serviços municipais;
- 7) Na componente da receita a matriz é o agravamento dos impostos municipais, das taxas e do custo dos serviços municipais, consequência direta das opções do anterior executivo PSD, que obrigaram a que aquele mesmo executivo tivesse



conduzido o Município à situação de ter recorrer aos gravosos programas de ajustamento das contas municipais;

- 8) Reconheça-se, no entanto, e daí não termos votado contra estes documentos, a aceitação pela maioria liderada pelo PSD no executivo municipal de algumas propostas apresentadas pelos vereadores eleitos pelo PS, propostas que correspondem a um montante percentual de despesa inferior a 1% do valor total da despesa prevista.
- 9) Estas alterações permitiram, por um lado melhorar um pouco Orçamento na sua vertente social, ainda que não tivessem alterado a sua matriz, mas também criar algumas expectativas futuras.
- 10) Assim foi possível, na educação, aprovar um sistema de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares para os alunos do 1º ciclo, na área social criar um linha para comparticipação no custo de medicamentos, meios complementares de diagnóstico e transporte de doentes para pensionistas com baixos recursos, lançar um programa de apoio ao arredamento social em particular orientado para os jovens;
- 11) Garantir também que não haveria redução das transferências legalmente admissíveis para as freguesias, lamentando contudo que não tivesse sido possível desde logo, a aceitação do princípio de consignar e prever valores para transferências no âmbito das delegações de competências.
- 12) Importa ainda destacar o fato de ter sido possível fazer aprovar uma deliberação pelo executivo municipal que dá início, em sede do IMI, a um processo de revisão dos coeficientes de localização, o que apesar de não ter expressão no presente orçamento abre uma janela de esperança para que a médio prazo, possa vir a haver uma redução do IMI, contribuindo de alguma forma para um minimizar das dificuldades que os munícipes sentem por vias da política do atual governo;
- 13) Também não podemos deixar de referir que a situação das Juntas de Freguesia é muito difícil, muito em particular no que concerne às freguesias de Paderne, Guia e Ferrelras e muito em particular esta última, pois que para além de se verem privadas de receitas que lhe eram habitualmente transferidas pelo município, não tem ainda a situação clarificada no que se reporta ao seu financiamento em matéria de transferências de competências. Acresce que no caso da Junta de Freguesia de Ferreiras esta autarquia mostra-se privada da receita de IMI com origem nos prédios urbanos, o que acontece pela falta de atualização das matrizes



prediais desta freguesia, onde não chegam a estar inscritos nas respectivas matrizes 5% dos prédios efectivamente existentes na freguesia.

- 14) A tudo isto se alia o parecer emitido pela DGAL no âmbito da apreciação técnica dos documentos previsionais, parecer que não deixa de evidenciar a existência de um manifesto desajuste entre o previsto em sede de PAF e a previsão constante do orçamento agora aprovado, o que tem particular relevância nas despesas correntes, situação que a poderá condicionar e por em causa o ajustamento em curso e ao abrigo do qual nos exigem todos este sacrifícios, cfr. o parecer da DGAL na parte que se transcreve infra.

A rubrica de "Aquisição de bens e serviços" surge com um desvio bastante desfavorável na ordem dos BMC distribuídos pelas componentes "Aquisição de bens" e "Aquisição de serviços" face ao previsto no PAF, fruto do surgimento de necessidades reportadas pelos serviços. Acentua-se também a distorção face ao PAF, nas rubricas de aquisição de bens de capital e transferências, o que pode por em causa o cumprimento do plano proposto. Refira-se que era nestas rubricas que assentava grande parte do ajustamento subjacente ao PAF aprovado.

- 15) Importa ainda ter presente que estamos hoje a votar um documento que se mostra completamente desajustado da realidade, um documento que antes de ser votado já se sabe que 10% da previsão de receita não se vai verificar (abandono da contratação de empréstimos no âmbito do reequilíbrio financeiro), assim como idêntica percentagem na despesa prevista (pagamentos vencidos a fornecedores) também não irá ocorrer.
- 16) Uma gestão rigorosa e realista, que não estivesse única e exclusivamente preocupada em dizer que aprovou o orçamento em tempo, optaria de uma forma ponderada, pela revisão da proposta de orçamento e alterado as respectivas rubricas da despesa e da receita, as quais por decisão que entretanto tomou, não terão expressão no exercício de 2014.

Este é assim o orçamento que antes de estar aprovado e estar em vigor já foi posto em causa por quem o preparou. Este, de fato, não é o nosso orçamento!

Com os fundamentos expostos os eleitos do PS na Assembleia Municipal fundamentam a sua abstenção na votação da proposta de Orçamento para 2014 e GOP'S 2014 - 2017.

Albufeira, 30 de Dezembro de 2013

O grupo Socialista na Assembleia Municipal



Doc. 4

Assembleia Municipal de Albufeira, 30 Dezembro 2013

30-12-2013

### Declaração de voto

Voto a favor o orçamento para 2014, porque enalteço o facto do mesmo ter várias propostas da oposição, mesmo não sendo o melhor dos orçamentos.

Na realidade podia o orçamento ter sido objecto de maior criatividade, mesmo no actual contexto económico em que a Câmara Municipal se encontra, devia-se ter olhado para a vertente da despesa estrutural, pois para se por as contas em ordem não se deve reduzir só o investimento, mas também controlar as despesas.

Na obstante, espero que no futuro continue a haver abertura por parte do executivo para ouvir e integrar as propostas, e as ideias da oposição.

Voto a favor do orçamento por Albufeira!

Albufeira, 30 de Dezembro de 2013

O Deputado

Leonardo Paço





Doc. 5

30/12/2013 DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD

*[Signature]*

30-12-2013

TENDO EM CONTA A REALIDADE DO MUNICÍPIO E O ESFORÇO QUE O EXECUTIVO TEM VINDO A FAZER E QUE SE CONSUBSTANCIA NUMA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DE CERCA DE 7.5 MILHÕES DE EUROS, O PSD DEIXA CLARO O SEU APOIO A ESTE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014, JÁ QUE ESTES DÃO CONTINUIDADE ÀQUELE ESFORÇO E QUE, POR OUTRO LADO, PERMITE ~~o~~ ~~um~~ PROSSEGUIMENTO DA FUNCIONALIDADE E OPERACIONALIDADE DE TODOS OS SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS À POPULAÇÃO RESIDENTE E A TODOS AQUELES QUE NOS VISITAM. PARECE-NOS ASSIM QUE OS INSTRUMENTOS APRESENTADOS SÃO REALISTAS E CONSTRUTIVOS E NOS MERCEM O DEVIDO APOIO.

CONTUDO, É DE ESTRANHAR A ABSTENÇÃO DO PS, QUE APESAR DE VER INCLUÍDOS NAQUELES, AS PROPOSTAS QUE QUIS VER INCLUÍDAS NAQUELES DOCUMENTOS, O QUE FODERIA PRESSUPOR O SEU APOIO, VEM UMA VEZ MAIS MOSTRAR O SEU POSICIONAMENTO MERAMENTE POLÍTICO, QUE SE AFASTA DOS REAIS INTERESSES DO MUNICÍPIO E DOS SEUS CIDADÃOS.

POR VEZES, QUANDO VALORES MAIS ALTOS SE LEVANTAM, A CONVERGÊNCIA SERIA DE ENTETE-CER, MAS HÁ PARTIDOS QUE ASSIM NÃO O ENTENDEM E QUE PRIVILIGIAM O JOGO POLÍTICO QUE SE DESVIA DO REAL INTERESSE DAS POPULAÇÕES DESTE CONCELHO.

*[Signature]*

*[Signatures: Luís Almeida, João Baptista, and others]*